

Genealogia da Pobreza: Desnudando Estratégias de Criminalização dos Pobres no Brasil

Avance de Investigación en curso

GT 24: Violencia, democracia e seguridad. Defensa e promoción de derechos.

Ridivaldo Procopio da Silva.

Resumo

Durante boa parte do século XX as favelas têm potencializado seja no imaginário social seja na cultura política do Brasil uma espécie de pânico moral. Nesse contexto, as formas de representação social, hegemônicas acabam por produzir uma série de danos nos processos de reconhecimento dos chamados “favelados”. Assim, o presente trabalho propõe-se a realizar uma genealogia dos discursos voltados à questão da pobreza em nossas sociedades. O nosso intuito consiste em problematizar como as favelas vêm sofrendo um processo acirrado de exclusão. Para tal empreendimento utilizamos uma estratégia denominada aqui de apresentação mediada. O argumento defendido é que esses regimes contribuem para construir, sedimentar e ressignificar as representações dos sujeitos moradores desses espaços.

Palavras-chave: dispositivo midiático, favela, pobreza.

Introdução

Durante boa parte do século XX as favelas têm potencializado seja no imaginário social seja na cultura política do Brasil uma espécie de pânico moral. Nesse contexto, as formas de representação social, política e cultural hegemônicas acabam por produzir uma série de danos nos processos de reconhecimento dos chamados “favelados”. Assim, o presente trabalho propõe-se a realizar uma genealogia dos discursos e das práticas voltadas à questão da pobreza em nossas sociedades. Mais especificamente, nossa atenção será voltada sobre a favela do Coque¹ como ponto fundamental de investigação.

O nosso intuito consiste em problematizar como as favelas vêm sofrendo um processo acirrado de exclusão. Para tal empreendimento utilizaremos uma estratégia que denominaremos aqui de “apresentação mediada”. Em outros termos, buscaremos discutir a produção de alguns mapas de visibilidade construídos no âmbito do dispositivo midiático para representar a pobreza ou mais especificamente as favelas como local de habitações espontâneas e insalubres. Por insalubre, entendemos aqui os territórios onde são suscitados perigos físico-biológicos com agravo de haver muitos casos letais provocados pela ação bélica humana.

Consideramos essa reflexão importante uma vez que os processos de exclusão sofridos pelas favelas se refletem inclusive no termo utilizado como referência, pois até a década de 1960 o termo normalmente utilizado no Recife para designar os casebres da população pobre local era mocambo – sua variante mucambo (SOUSA, 2003, p. 13). Nesse caso,

[Em Pernambuco] a palavra terminou por perder as conotações étnica e rural que a ela estavam associadas primitivamente e passou a designar as choupanas de gente pobre de qualquer cor, localizadas também em áreas suburbanas e urbanas. Assim, por volta de 1920 o profícuo escritor pernambucano F. A. Pereira da Costa definia mocambo como “Humilde

cabana, muito baixa, de armação de varas e toda a coberta de palha de coqueiro ou de sapé, ou tendo algumas vezes as paredes toscamente feitas de taipa”. Nas duas décadas seguintes tal definição se alargaria para englobar casebres feitos com outros materiais (SOUSA, 2003, p. 14).

A partir dessa percepção pretendemos refletir as formas como esses espaços são apreendidos e dados a ver, bem como em que medida nesse mesmo ato eles são submetidos a regimes de (in)visibilidade. O argumento defendido é que esses regimes contribuem para construir, sedimentar e ressignificar as representações dos sujeitos moradores desses espaços. Assim, não consideramos casual que se a pobreza foi correlacionada, quase que unicamente, com a falta de bens econômicos até os anos 1990, na atualidade essa correlação passa a adquirir uma conexão mais forte com a violência. A partir desse cenário, propomos que essa chave analítica tem inviabilizado possíveis diálogos entre as favelas e o conjunto da cidade. Hoje, a figura do pobre que “aparece” não são apenas os maltrapilhos, mas quase sempre os que portam ostensivamente uma arma na mão.

1. Um Deslocamento Genealógico

Antes de tudo gostaríamos de deixar claro que não faremos uma genealogia nos moldes foucaultianos, tendo a pobreza e o fenômeno de favelização como ponto de partida para adentrarmos na problematização de sua criminalização. Queremos sim, problematizar as formas de operação de visibilidade de uma favela em específico, e, dentre vários fatores que poderiam impossibilitar uma empreitada de maior fôlego, abarcar, como por exemplo, o fenômeno da pobreza em sua generalidade. Dessa forma, por posição ético/política nossa operação se dará num território onde já vem sendo feitos diversos trabalhos epistêmicos/existenciais/políticos/formativos².

Assim, teremos dois materiais para efetuarmos nossa analítica. De um lado, utilizamos um levantamento feito no arquivo público estadual no qual foram recolhidas e sistematizadas mais de mil notícias sobre o Coque, publicadas entre 1974 e 2006 pelo Diário de Pernambuco, o jornal mais antigo do Estado no qual foi, investigado pela Rede Coque Vive, que será abordado no subtópico “Dispositivo, Momento Poético Do Pensamento”. Com esse material objetivamos discutir as formas de visibilidade que desvelaram-se em formas de invisibilização, para problematizarmos como se dá esse processo. De outro lado, teremos uma série de trabalhos acadêmicos onde a favela do Coque começou a ser objeto de problematização, os quais abordaremos no subtópico “Desnudando Estigmas”. Neste subtópico a discussão está pautada na direção de como se formaram os deslocamentos necessários do pobre como um ser “faltante” para um ser “farsante”, se entendermos por farsante a transfiguração desses sujeitos visibilizados pela falta para serem postos numa lógica de visibilização pela figura do problemático, ou seja, os sujeitos problemas que são prioritariamente vistos por possuírem um perfil a ser melhorado pelos dispositivos do poder normalizador. Pessoas que são vistas por uma negatividade normativa como doentes, analfabetos, gordos, gays, e, no limite, criminosos.

2. O Ponto de Vista da Investigação

Muito embora não desejemos nos deter na problemática da subalternidade, o enfoque deste trabalho é atravessado e justificado na subalternidade. Mais específico, diríamos que passa pelo cotidiano das coisas e fatos das pessoas comuns que de tão comuns passam por desnecessárias. Pode-se falar que estamos numa subalternidade desnecessária. Desnecessária ao bem estar do progresso tecnológico, ao progresso econômico.

É nesse terreno que se pretende desmontar a máquina que fabricou o aparelho ótico de sua construção simbólica. Se é verdade que a favela do Coque é conhecida por trazer em seu tecido uma população perigosa e temida, não foi essa mesma população que fabricou tal aparelho representativo. É do lugar de onde incidiu essa aparelhagem que se fará algumas operações para mostrar em alguns detalhes a forma que se construiu a favela (morada de pobre) como lugar perigoso. Pretende-se, assim, flagrar não o banal – se podemos brincar com as palavras – mas pegar imprevisivelmente a banalidade do mal. Questões de uma população relegada à banalização e por isso ao esquecimento, então o trabalho a ser feito é não esquecer como se opera o instrumento de visibilidade e (in)visibilidade nesse território de subalternidade.

3. Dispositivo, Momento Poético do Pensamento: uma Analítica do Coque Vive Notícias³

Se déssemos a oportunidade de devanearmos em pensamentos sobre nossa condição existencial, nesse caso a subalternidade, poderíamos imaginá-la como um objeto fotográfico? Seria possível fotografá-la? E se possível, todos e qualquer um poderia tirar a mesma fotografia? Se não quiséssemos fotografar, mas em nosso objeto incidíssemos uma narrativa, todos e qualquer um construiria a mesma narrativa? Parece que fotografar e fazer uma narrativa são um e mesmo ato. Um dispositivo fotográfico parece mudar com quem possa utilizá-lo. Parece que se mudamos de ângulo de visão não podemos tirar a mesma fotografia, assim como não teremos a mesma narrativa. Parece que vários “Heráclitos” não conseguiriam fazer a mesma fotografia de vários “Parmênides”. Parece que uma foto não é necessariamente uma cópia da realidade, mas pode criar uma imagem da realidade. Parece que houve sempre nas fotografias um pouco do poder da pintura, no sentido do fotógrafo ser não somente uma pessoa com uma câmera na mão, mas possuindo também determinado pincel, por sua espessura, qualidade de seu material, peso, tamanho contribui com a imagem que será projetada, e assim, construída.

Colocamos e entendemos a mídia como um dispositivo de poder capaz de criar realidades e sujeitos. Os meios de comunicação de massa serão, dessa forma, entendidos na chave analítica: dispositivos midiáticos. Com as contribuições dadas por Foucault (2012) e a apropriação agambeniana (Castro, 2012) iremos articulá-las como chave analítica em nossas próprias questões.

Para Agamben (2009) o objetivo último de Foucault trata-se de investigar os modos concretos em que os dispositivos agem nas relações, nos mecanismos e nos “jogos” de poder (p. 32 e 33). Como articular existência, dignidade e saber-se visto como os miseráveis (Coque Vive Notícias, 2008)?

Agamben (2009) examina a definição do termo dispositivo que se encontra nos dicionários franceses de uso comum, percebendo que se distinguem três significados para o termo: um sentido jurídico estrito; outro significado tecnológico e por fim um significado militar. Segundo o autor, todos os três significados estão, de algum modo, presentes no uso foucaultiano.

Já Michel Foucault (2012), entende dispositivo como um tipo de formação que teve como função principal responder a uma urgência. Para ele o dispositivo possui uma função estratégica dominante, abarcando o dito e o não dito, demarcando um conjunto que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas (REVEL, 2005, p. 40).

O termo dispositivo para Agamben (2009) nomeia aquilo em que e por meio do qual se realiza uma pura atividade de governo sem nenhum fundamento no ser (CASTRO, 2012). É dessa forma, que os dispositivos implicam na produção de sujeitos. O pensador italiano (2009) vai mais longe que Foucault em sua genealogia do conceito dispositivo, chegando à conclusão de que se trata de um governo da vida. Em suas palavras, um “conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é gerir, governar, controlar e orientar, num sentido que se supõe útil, os gestos e os pensamentos dos homens” (GABEN, 2012, p. 39).

Qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes pode ser considerado dispositivo para Agamben (2009). Percebemos que se trata de uma malha, uma rede de poderes visíveis e invisíveis que está a todo momento pronta para capturar e construir subjetividades. Trata-se de um governo da vida das populações por máquinas das mais diversas possíveis.

desde que apareceu *homo sapiens* havia dispositivos, mas dir-se-ia que hoje não haveria um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo. De que modo, então, podemos fazer frente a esta situação, qual a estratégia que devemos seguir no nosso cotidiano corpo a corpo com os dispositivos (AGAMBEN, 2009, p. 42)?

Temos dois enunciados imagéticos que são mobilizados para governar a pobreza pela criminalização. Contudo, tem um que não quer dizer nada, mas diz ao mesmo tempo. Isto é, temos o dispositivo do canal midiático. Canal sempre aberto para exercer o poder da constância. Sem a constância dessas imagens em circulação, os outros enunciados não surtiriam efeitos. As imagens pela negatividade são constantemente mobilizadas. Aqui temos uma representação que tanto é uma constante como articula a favela como um todo para explicação para a criminalidade:

O terror impera nas noites do Coque. No último sábado, cinco pessoas inocentes foram atingidas por balas de dois tiroteios que aconteceram, quase simultaneamente, nas proximidades da rua Cabo Eutrópio, a principal da favela. No primeiro tiroteio, embaixo da linha do trem, a dona de casa Marinete Maria da Silva, 28 anos, foi morta durante briga entre a galera liderada por Vandilson Vieira de Souza, 20 anos, conhecido como Nêgo, que foi preso no local, e o policial do Batalhão de Trânsito, Alexandre Rodrigues de Lima, morador da favela (Coque Vive Notícias, 2008, p.36).

O segundo enunciado é estruturado para dar forma a imagem do pobre como um sujeito que não tem nada: “famílias que vivem em absoluta miséria”; do outro lado, temos o pobre enquanto criminoso: “miséria que fomenta o crime”. Nesse caso, quando o jornal noticia um crime (assalto, homicídio), a imagem de que toda a favela é criminoso será logo mobilizada.

Qual a importância de uma moradia nova, instalada dentro dos padrões mínimos de urbanismo para uma família que só conheceu barracos miseráveis, lama, mal cheiro, todas as mazelas encontradas nas regiões de mangues e braços de maré da cidade do Recife (Coque Vive-Notícias, 2008, p. 27).

Temos um conjunto de imagens que são mobilizadas tanto para mostrar o pobre enquanto um sujeito faltante, quanto perigoso. Porém um enunciado que não devemos esquecer, pois divergiu dos demais (embora convirja para os mesmos propósitos), tanto da imagem do miserável quanto do criminoso. Temos, então o pobre como um ser imperfeito, objeto a ser melhorado. Quer dizer, humanizado. E para isso pode-se fazer experiências tanto nas favelas quanto nos seus moradores. Na favela em questão já houve desde plantio de árvores até inseticida sendo testado nas casas. Isso é tão verdadeiro que na atualidade não há mais campanhas para matar as muriçocas, pois se nos anos 1990 era de graça nas favelas durante período de teste, na atualidade o mesmo recurso e tecnologia é mobilizado em bairros de classe média e não mais nas favelas.

Coque: bairro pobre que há seis anos espera humanização. Decorridos 6 anos do início da implantação do projeto de urbanização do Coque, a favela continua oferecendo um espetáculo desolador: lama e lixo acumulados pelas ruas, fossas estouradas, ausência total de pavimentação e sistema de drenagem, além de grande número de famílias residindo em mocambos improvisados, construídos em áreas inviáveis às margens do Capibaribe (Coque Vive-Notícias, 2008, p.28).

As imagens que mais se repetem para dar forma ao pobre constituem-se num conjunto podendo ser estabelecido da seguinte maneira:

Imagens do Pobre		
Pobre como miserável	Pobre como criminoso	Outras imagens
<ul style="list-style-type: none"> . Um povo faminto, desabrigado e desassistido – um retrato sem retoque; . O lugar da falta; . Famílias que vivem em absoluta miséria; . A posse como objeto de felicidade; . O pobre como o oposto do rico. 	<ul style="list-style-type: none"> . O esconderijo mobilizado para explicar a favela como lugar por excelência de criminoso; . A miséria primitiva fomenta o crime; . Favela território do crime; . Morada da morte; . Notícias de homicídios mobilizadas a partir da imagem que a favela possui (o lugar explica a ocorrência do crime). 	<ul style="list-style-type: none"> . A favela do Coque como lugar de se fazer experimento; . Associação direta entre pobreza/miséria crime; . Lugar que pode ser humanizado; . A constante representação pela negatividade.

Tabela 1. Fonte: SILVA, R.P. (2013).

Por temos uma tripla forma de significação do pobre, primeiro, como o sujeito faltante, segundo, como sujeito criminoso, por fim e não menos perverso, o sujeito que necessita de ser humanizado. Há quem pense que a humanidade seria uma das últimas coisas impossíveis de serem retiradas, mas a humanização do morador das favelas tem que ser dada por uma instituição do Estado, um projeto social de uma ONG ou de quem mais possa se conder com a desgraça de ser pobre.

4. Desnudando Estigmas

Se no tópico anterior a discussão era a forma como o dispositivo opera, neste, a proposta será trabalhar os deslocamentos que foram necessários para a mudança de abordagem da pobreza enquanto falta, para ser priorizada como farsa/bandidagem.

Na problematização da gênese da favela carioca, Valladares (2010) nos mostra de que maneira se deu a construção social da favela antes mesmo da problemática entrar nas ciências humanas. O importante aqui em nossa discussão é quando ela nos mostra a descoberta e seu mito de origem. Para Valladares (2010) foram as imagens fortes e impactantes transmitidas no início do século XX pela obra “Os Sertões”⁴ que permitiram aos intelectuais brasileiros entenderem e interpretar as favelas.

Sumariamente eis as ideias que prevaleciam no período para representar as favelas: as semelhanças de topografia e de geografia entre as favelas e Canudos (a associação entre o morro e as favelas eram empregadas como sinônimos); um lugar que possuía um monte de casebres (as habitações); do mesmo modo que em Canudos, a favela tinha um chefe; a ideia de comunidade presente em Canudos acaba sendo transposta para a favela; por fim, uma imagem dual e opositiva entre litoral e sertão – cidade e favela.

De forma semelhante a Canudos, as favelas eram vistas como comunidades de miseráveis com capacidade de sobrevivência. Pessoas que eram representadas como diante de condições de vida precárias e inusitadas, eram marcadas por uma identidade comum. Para Cunha (2011) o sertanejo, quer dizer, o pobre era o forte. Na atualidade a favela é representada como território onde impera a violência; o comum não é mais uma comunidade de miseráveis, mas uns miseráveis que podem por ou já põe em perigo a segurança de quem está perto. Uma questão de segurança importante na atualidade é saber se você está numa favela ou na cidade.

Parece que favela foi representada como se originasse de outro mundo diferente da cidade? Verdade. Pois foi o que transpareceu nas primeiras imagens e representações sob a forma da oposição “cidade *versus* favela”. A imagem matriz da favela foi, portanto, construída e dada a partir do olhar jornalístico (um dispositivo midiático).

Então começou a se impor a ideia da favela não apenas como espaço desordenado e improvisado, mas também como reduto da pobreza extrema, onde vivem mendigos, capoeiras, malandros, vagabundos de toda sorte, mulheres sem arrimo de parentes, velhos dos que já não podem mais trabalhar, crianças, enjeitados em meio a gente válida, sem ajuda de trabalho ameaçando o restante da cidade (VALLADARES, 2010). Descoberta a favela (ou criada no imaginário representativo da sociedade), foram lançadas as bases necessárias para a sua transformação em problema. Então, se foi descoberta a favela em geral, como foi descoberto a favela do Coque especificamente?

A comunidade do Coque é reconhecida, por carregar esse tipo de grupo em seu tecido social. Na década de 1990, o bairro tornou-se um “problema” para o sistema público de segurança. Representado como a “morada da morte”, o Coque vem assistindo a um crescimento no grau de violência entre os jovens (FREITAS, 2005). O processo de ocupação da comunidade insere-se na lógica de desenvolvimento das periferias das grandes cidades brasileiras, acompanhando a dinâmica de urbanização do país (p. 255 e 256).

Segundo o Censo 2011, a população estimada do Coque é de 40.000 habitantes, distribuídos em 134 hectares. A região começou a ser povoada no final do século XIX, tendo o processo se acelerado, em dois períodos distintos, no início dos anos 1940-50 e nas décadas de 1970-80. A maioria das famílias é constituída por antigos moradores de municípios do Agreste e da Zona da Mata do Estado de Pernambuco (FREITAS, 2005, p. 256). Os chefes de família atuam principalmente no setor secundário (construção civil) e terciário (borracharia, mecânica, eletricidade). 73% das famílias são chefiadas por mulheres, que trabalham como empregadas domésticas, catadoras de lixo, lavadeiras de roupas e auxiliares de serviços em bares e restaurantes próximos.

Freitas (2005) mostra claramente que o Coque, apesar de estar praticamente localizado no centro do Recife, não está integrado à vida da cidade. Há uma espécie de “barreira invisível” que funciona como um bloqueio dos projetos de desenvolvimento na área. Um dos motivos apontados pelos moradores para essa situação deve-se justamente à fama de ser uma comunidade violenta. Sendo a comunidade representada dessa forma, os moradores encontram-se enredados em um ciclo vicioso. Ninguém colabora porque a região é violenta, e a comunidade é violenta porque ninguém contribui com o desenvolvimento da localidade (FREITAS, 2005, p. 258).

A violência no Coque teve, historicamente, um percurso singular. Ao contrário da figura do malandro, que viveu no Rio de Janeiro até meados da década de 1960, a periferia do Recife conheceu a

figura do capanga. A construção da figura do capanga, surge na passagem do século XIX para o século XX, quando o modelo agrário-exportador passa a ceder espaço para as práticas sócio-espaciais do comércio na área central da cidade do Recife (FREITAS, 2005, p. 262).

Uma das consequências dessa dinâmica resultou na contratação pelos donos dos engenhos locais de homens armados, os chamados “capangas”, para garantir a segurança do transporte e da própria venda dos produtos no porto do Recife (p. 262). Toda a área que vai do bairro de São José até a região dos Coqueiros (Cabanga, Coque), ficou conhecida como um foco de desordens. Os moradores foram denominados de “cocudos”, ou seja, gente brava, de cabeça dura, facilmente voltada para ações de valentia e demonstrações públicas de poder. Por ser comum o uso de armas pelos capangas, esses locais passaram a ser evitados pela população, sobretudo, no período das eleições que eram realizadas com muito “barulho e facada”, onde até as procissões religiosas eram formadas pela chamada “gente navalhada” (Idem, p. 263).

Com a consolidação do setor comercial, muitos dos antigos capangas vindos do interior do estado passaram a se estabelecer definitivamente nessa região. Aqui já se apresenta um desvelamento das imagens que representava a favela do Coque. Do capanga ao bandido social na localidade houve uma figura representativa: galeguinho do Coque. É, portanto, com a transfiguração desse personagem que, nos anos de 1960/70, emerge uma figura mais universalizada do “bandido social” na localidade. Esse último apareceu quando a contravenção e o crime tornaram-se eles mesmos grandes empreendimentos mercantis (FREITAS, 2005, p. 263).

O representante emblemático dessa metamorfose da figura do “criminoso” na comunidade ficou conhecido como “Galeguinho do Coque”. Um personagem que já surgiu “midiático”, ocupando o espaço da imprensa local e promovendo a “fama” que o Coque carrega até os dias atuais. A partir dos 16 anos, ele passou a praticar pequenos furtos na região comercial-portuária. Em pouco tempo, se tornou conhecido pelos assaltos e crimes cometidos, inclusive fora do Estado de Pernambuco. Em 1971, o Galeguinho já era perseguido pelas polícias de quatro Estados nordestinos. Galeguinho do Coque conseguiu “enganar” o sistema de segurança durante quatro anos (Freitas, 2005, p. 264).

No entanto Galeguinho conseguiu instaurar outro modo de exercer as atividades criminosas no interior da comunidade do Coque. Sua atuação normalmente era externa. A comunidade foi utilizada apenas como uma espécie de refúgio. O silêncio da população local era retribuído com a ausência de crimes. A atuação do Galeguinho era correspondida, parcialmente, com uma aceitação silenciosa pela comunidade das atividades realizadas por seu grupo. Advém daí as imagens que passaram a alimentar a fama maldita que a comunidade do Coque passou a carregar no imaginário social da região (FREITAS, 2005, p. 265). A mídia assumiu um papel significativo na consolidação desse tipo de representação social sobre os moradores da comunidade.

Em resumo, podemos avaliar o conjunto de representações que criaram a favela do Coque no tempo. A figura do capanga que vem do sertão, gente de cabeça dura resolvendo os seus problemas a navalhada; a favela sendo utilizada como refúgio; Os discursos veiculados pela imprensa expressam uma tendência para relacionar diretamente a comunidade com a presença no seu interior de grupos marginais. Além disso, a violência aparece de forma naturalizada. No ano de 1976, o Diário de Pernambuco publica: “Coque não muda: fome, crime e promiscuidade. Mas continua divertido”. Esse modo de abordar a comunidade consolida sentidos e significados sobre a vida no interior do bairro. Contribui-se, assim, para projetar um estigma, que produz uma identidade social. Mais ainda. As representações são utilizadas para criar subjetividades e assim, prever o comportamento dos indivíduos e justificar a adoção de atitudes específicas.

Durante os anos de 2000 a 2003, o Coque foi uma referência constante sobre a criminalidade e a violência no Estado. A imprensa, reiteradamente, associou a comunidade com a expressão “criminosa”, tratando o bairro como um local onde se aglutinam diversos “bandidos sociais” (p. 261).

Considerações Finais

Este artigo faz parte de um trabalho existencial devido ao meu pertencimento a comunidade do Coque desde nascença e que tem como intuito uma resistência pela diferença. Uma vez sabendo que o lugar da diferença é o lugar do outro, nosso trabalho é de contrariar os dispositivos que agem na e para a normalização dessas diferenças. O diferente é a todo o momento posto nos programas humorístico de televisão como aquilo que é “quase gente”, uma forma bastante perversa para marcar com a infâmia todos aqueles que não estão participando das benesses propagadas pela sociedade de consumo. “Aqueles”, “os outros”, “os diferentes” tem um endereço marcado nas favelas. É justamente nesses espaços que as políticas públicas operam não para qualificar os que ali moram, mas partindo do pressuposto de que se não forem “salvos” de sua maldição de pobreza acabarão se rebelando e pondo em risco o ideal de segurança pública.

Há um ideal de docilidade e de adaptação das populações pobres. Nomear alguém como miserável partindo de uma naturalidade sem limite faz parte da mesma premissa que chamar de futuro criminoso. A biopolítica age para o bem estar das populações. Uma das formas, a que privilegiamos aqui, é a partir dos dispositivos midiáticos que repetem quase como um mantra um enunciado: o pobre é um “quase” criminoso, para ele ser um cidadão (sujeito de direitos) tem que deixar sua condição de pobreza; caso não consiga, nessa sociedade das liberalidades, é porque de fato ele não quer nada como a vida.

Vimos que com a figura de Galeguinho a favela do Coque foi utilizada como uma espécie de refúgio. A infâmia maldita que a comunidade passou a carregar no imaginário social da região. E o que não se pode esquecer é justamente o papel das mídias, uma vez que assumem um lugar significativo na consolidação desse tipo de representação social sobre os moradores da comunidade. Pensar a origem da construção imagética dessa favela nos faz repensar o próprio ideal de segurança pública, quase que prioritariamente voltado para as populações pobres.

NOTAS:

¹ O Coque é uma favela da periferia do município do Recife/PE. Trata-se, na verdade, de uma ilha. A chamada “Ilha Joana Bezerra” ou antiga “Ilha de Anna Bezerra” (nome de uma antiga moradora da área).

² A Rede Coque vive vem desde 2007 realizando uma séria de ações (estudos, pesquisas, intervenções, atividades formativas) no Coque e sobre o Coque. A Rede é composta por três atores sociais, a saber: o MABI (Movimento Arrebrandando Barreiras Invisíveis), um coletivo formado por jovens moradores do Coque, o NEIMFA (Núcleo Educacional Irmãos menores de Francisco de Assis), uma organização da sociedade civil sediada no Coque desde 1986 e o Coque Vive um grupo de estudantes da Universidade Federal de Pernambuco. Para maiores informações: www.coquevive.org.

³ Coque Vive Notícias: educação para as mídias é um material reunido após a realização da pesquisa “Coque Vive: uma investigação sobre o repertório sociocultural de uma comunidade da periferia do Recife (PE/Brasil)” realizada de novembro de 2007 a novembro de 2008 pelos integrantes da Rede Coque Vive. A publicação congrega matérias do jornal Diário de Pernambuco sobre a comunidade do Coque desde os anos de 1974 a 2006.

⁴ Os Sertões de Euclides da Cunha, retrata de forma romancada a ocupação feita durante a batalha de Canudos. Grande acontecimento na história do Brasil, Canudos foi palco de luta entre os poderosos e os pobres, marcando para sempre o processo de formação da identidade do homem do nordeste brasileiro.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: As imagens do pobre. Rivaldo Procopio da Silva, 2013.

LISTA DE REFÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. (2009). O que é o contemporâneo? E outros ensaios. Chapecó, SC: Argos.

CASTRO, Eduardo. (2012). Introdução a Giorgio Agamben. Uma arqueologia da potência. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

CENSO 2011. Brasil, IBGE, Governo Federal.

COQUE VIVE. (2008). Coque Vive Notícias – Educação para as Mídias. Recife, Pernambuco. PROEXT/UFPE.

FOUCAULT, Michel. (2012). Microfísica do poder. São Paulo: Graal.

FOUCAULT, Michel. (2008). Nietzsche, a genealogia, a história, En M. Manoel de Barros (orgs.). Arqueologia das ciências e histórias dos sistemas de pensamento - Ditos e escritos II. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FREITAS, Alexandre. (2005). Fundamentos para uma sociologia crítica da formação humana: um estudo sobre o papel das redes associacionistas. Tese de doutoramento não publicada. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.

REVEL, Judith. (2005). Michel Foucault: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz.

SOUSA, Alberto. (2003). Do mocambo à favela. Recife, 1920 – 1990. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.

VALLADARES, Licia. (2000). A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 15, nº 44.